

As Soluções de TIC na Política Pública de Acesso à Informação e Transparência da União – O caso do e-SIC**ICT Solutions in the Public Policy of Access to Information and Transparency of the Union - The case of e-SIC**

DOI: 10.34140/bjbv2n4-036

Recebimento dos originais: 20/08//2020

Aceitação para publicação: 20/09/2020

Patrícia Alves Moreira

Mestre em Administração Profissional em Governança Corporativa - FMU
Instituição: Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
Endereço: Av Liberdade 899, São Paulo – SP
E-mail: pattysp1@yahoo.com.br

Mario Augusto Ranzatti

Mestre em Administração Profissional em Governança Corporativa - FMU
Instituição: Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
Endereço: Av. da Liberdade, 899 - Liberdade, São Paulo - SP
E-mail: marioanzatti@gmail.com

Alessandro Marco Rosini

Pós-Doutor em Administração de Empresas pela FEA USP
Instituição: Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
Endereço: Av. Lins de Vasconcelos, 3406 - Vila Mariana, São Paulo - SP
E-mail: alessandro.rosini@fmu.br

RESUMO

As soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC estão cada vez mais presentes nas relações, sejam pessoais, comerciais ou sociais. No âmbito do Poder Público não poderia ser diferente, com as eras digitais, virtuais e informacionais, as ações do governo perante à sociedade acompanharam essas tecnologias e as Políticas Públicas são cada vez mais exigidas e monitoradas pelo cidadão por meio desse tipo de acesso à informação. Com a mudança na legislação federal, a recente Lei de Acesso à Informação - LAI e a concretização da transparência como um item de boa governança, as soluções de TIC passaram a ser itens essenciais de controle social. O objetivo desse trabalho é justamente avaliar se as soluções de TIC, como o sistema e-SIC, contribuem para a Política Pública em relação ao acesso da sociedade às informações da União. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para a construção do embasamento teórico, que sustentou o estudo prático a seguir: a análise dos pedidos de informação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC do Poder Executivo Federal. Verificou-se que a ampla maioria dos solicitantes de acesso às informações à União preferem e utilizam as soluções de TIC ao invés das solicitações pessoalmente e/ou físicas, concluindo pela importância da integração cada vez maior entre Políticas Públicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, Controle Social e Governança.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, Controle Social e Governança

ABSTRACT

ICT in the Public Access to Information and Union Transparency Policy - The case of e-SIC

The solutions on Information and communications technology (ICT) are even more nearby from the relations whether personal, whether commercial or socials, and for the public authorities could not be different. Due to this advance, the government needs to follow the technologies and the citizens require each day more this access to monitoring the data. With the changes on the federal legislation, the recently Information Access Law – LAI and the implementation of the transparency as an item of a good governance, the ICT solutions started to be essential as a social control. The objective from this work is to evaluate the ICT's tools, as the e-SIC system can contribute the Public Policy in relation of the access of people from the society to the Union's information. To have the results from this work was used bibliographic researches to build the theoretical basis, which helped the following theoretical study: the data analysis form the applications for access to the Electronical Service for Citizens Information e-SIC from the Federal Executive Power. Was verified that the majority of applicants prefer to access the information by the ICT solution than to request the information in person. It can conclude the importance of the integration between Public Policy, Information Technology and Communication, Social control and governance.

Keywords: Public policy, Information and communications technology, Social Control and Governance.

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução constante dos meios de comunicação e principalmente da Internet, o relacionamento entre Estado e Sociedade tem se modificado. A disponibilidade da informação ágil, fácil e móvel tem transformado as soluções de tecnologias de informação e comunicação (TIC) cada vez mais essenciais para tornar esse relacionamento democrático em algo eficiente e transparente (Mello & Slomski, 2010).

Garantida no artigo 37, da Constituição Federal de 1988 a publicidade advém do princípio de que as informações do Estado serão públicas e publicadas, de modo a garantir o acesso à sociedade. Ainda na Carta Magna, em seus incisos XIV e XXXIII, do artigo 5º, o acesso às informações advindas de órgãos públicos é instituído como direito de todos. Também no contexto do arcabouço legal, a recente Lei de Acesso à Informação – LAI (nº.12.527/2011), bem como seu regulamento, o Decreto nº. 7.724/2012 vieram para regular como se dá o acesso das informações à sociedade, de modo que ela possa solicitá-las e ser devidamente atendida em suas solicitações, propiciando o chamado controle social, que é o monitoramento da sociedade/cidadãos aos recursos aplicados nos órgãos governamentais.

Além da imposição legal, o acesso à informação passa ser um elemento de boa governança, pois segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2009), a transparência integra um dos princípios gerais das boas práticas em Governança Corporativa.

E nos tempos atuais, frente à necessidade de conciliar a governança e a era do conhecimento instantâneo e disponível, as soluções de TIC são cruciais para que o Estado cumpra mais esse papel

diante da sociedade: o acesso transparente aos seus atos, de forma cada vez mais rápida e facilitada (Santos & Brito, 2017).

É nesse contexto que se justifica o presente estudo, analisando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) na Política Pública de Acesso à Informação e Transparência do Estado brasileiro.

Pelo método de uma análise na base de dados disponibilizada pela Controladoria Geral da União - CGU quanto aos pedidos de informação dos cidadãos desde o mês de maio de 2012 (início de vigência da LAI) até os tempos atuais (agosto de 2015), o objetivo é responder à seguinte questão de pesquisa: as soluções de TIC, como o sistema e-SIC, contribuem para a Política Pública em relação ao acesso da sociedade às informações da União? A resposta a essa questão pretende trazer à tona a contribuição das soluções de TIC no controle social, propiciando, portanto, relevância social à presente pesquisa, além de proporcionar à Academia a possibilidade de abordagem de um tema atual, contribuindo para um olhar multidisciplinar entre as áreas da Administração Pública, da Gestão de TI e da Governança Corporativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A ligação entre a política pública de acesso à informação e a interação do Estado com a sociedade exigem cada vez mais que os Governos sejam abertos e permeáveis e, Governos mais abertos necessitam de governança, essencialmente quanto ao seu princípio de transparência. Assim, colocar à disposição dos cidadãos as informações públicas de forma tempestiva, ampla e aprofundada, exige do Estado o acompanhamento e inserção na evolução constante das soluções de TIC. (Barros, 2014). Essa intersecção entre Política Pública, Tecnologia da Informação e Comunicação, Controle Social e Governança requer algumas conceituações.

2.1 POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Peters (2013), Política Pública é o conjunto de ações governamentais que influenciam, diretamente ou por meio de agentes, a vida dos cidadãos. Essa é uma definição bem ampla quanto à Políticas Públicas, que teve seu conceito em constante evolução, conforme relacionado na tabela 1.

Segundo Boneti (2006), o governo torna-se o principal ator na definição teórica de Políticas Públicas como o produto da dinâmica do relacionamento estabelecido no âmbito das relações sociais do poder, constituídas pelos vários representantes da sociedade, tais como, grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil e grupos específicos que podem exercer pressão visando o favorecimento sobre eles das políticas públicas a serem implementadas. Em um determinado momento desta relação constituem representações de classes que por interesse

específico defendem e representam organizações populares que direcionam as políticas públicas para a solução de um determinado ensejo da sociedade ou para a construção do tipo de sociedade que se deseja.

Assim, definição de política pública leva ao direcionamento do foco onde as ideias e preferências dos governos se desenvolvem com a perspectiva da visão de conjunto onde o mais importante é a primazia na soma das partes representadas por indivíduos e instituições cujos interesses devem ser preservados.

Tabela 1 – Evolução conceitual de Políticas Públicas

Autor	Ano	Definição
Laswell	1936	A expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública) seria a conciliação entre conhecimento científico/acadêmico e a produção real dos governos, bem como o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.
Simon	1957	Inseriu a racionalidade limitada aos decisores públicos (<i>policy makers</i>), sustentando que a limitação da racionalidade (informação incompleta ou imperfeita; tempo para a tomada de decisão; auto-interesse dos decisores) poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Mas também defendia que a racionalidade poderia ser maximizada por meio de conjunto de regras e incentivos que enquadrasse o comportamento dos decisores em direção a um comportamento voltado para resultados desejados pela sociedade e não à maximização de interesses próprios.
Lindblom	1959; 1979	Propôs a inserção de mais variáveis às políticas públicas, debatendo o até então racionalismo de Laswell e Simon. Sustentou que as diferentes fases das tomadas de decisões são integradas e possuem influência das relações de poder, que ultrapassam a racionalidade, citando as eleições, as burocracias (hierarquia e organização do Estado), os partidos políticos e os grupos de interesse.
Easton	1965	Conceituou a política pública como um sistema, onde se relacionam formulações, resultados e ambiente. Segundo o autor, as entradas seriam a partir dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que processam e influenciam seus efeitos e consequências.
Lima & D'Ascenzi	2013	Propõe o estudo das Políticas Públicas em duas vertentes: o processo de formulação (permeado pela lógica da atividade política) e, o processo de implementação (prática administrativa, execução de atividades, cumprindo os objetivos definidos no processo de formulação das políticas).

Fonte: Adaptado pelos autores, de Souza, (2006).

Entre a definição e a operacionalização de uma política pública, várias etapas são percorridas envolvendo as várias instâncias burocráticas até ser efetivamente concretizada por meio dos técnicos responsáveis em implementar projetos de intervenção na realidade social. A chamada partilha dos recursos públicos originários e definidos na implementação de projetos para a execução de Políticas Públicas pode ser realizada de acordo com o nível de comprometimento dos governos com setores específicos da sociedade civil. Essas políticas, independentemente do nível das esferas de governo, percorrem um caminho burocrático constituído por uma rede de micro poderes que atuam de forma específica para o fortalecimento e interesse de cada uma das instâncias de poder envolvida, desde sua elaboração até a concretização de uma política pública definida, em projetos específicos na sociedade e aplicados de fato.

Souza (2006) sintetiza os principais elementos em políticas públicas extraídas das diversas definições e modelos como instrumentos de aferição na qual se permite medir o que o governo pretende fazer e o que de fato faz. Sustenta ainda que a abrangência das políticas públicas não se limita às leis e regras do governo, destacando a existência e importância de atores informais neste processo, que possuem objetivos a serem alcançados em uma ação intencional do governo. Para o autor, política pública é um conjunto de ações de longo prazo embora possua ações com impactos de curto prazo que envolve uma sequência de processos após sua formulação de proposta e definição, implicando também na implementação, execução e avaliação.

Dessa forma, é possível afirmar que as Políticas Públicas constituem um conjunto de ações e medidas que efetivamente colocam o governo em movimento para realização de objetivos comuns da sociedade. Ou seja, ações que devem surtir resultados benéficos à população, sendo facultado a ela o direito de controlar ou mesmo ajustar o rumo no curso da implementação. São normalmente definidas em programas de governo que se desdobram em planos, programas específicos, projetos, bases de dados ou mesmo sistemas de informação e pesquisa. Este último é o caso do e-SIC, uma ferramenta de TIC do Poder Executivo do Governo Federal para possibilitar a Política Pública Federal de Transparência e Acesso à Informação.

2.2 AS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Beninger (1986) as constantes evoluções e transformações das soluções de TIC permitiram uma nova configuração das atividades empresarias e de governo, trazendo novas possibilidades e redefinindo as exigências sobre as políticas públicas. A disseminação e integração dos processos e informações com sua disponibilização em redes de abrangência internacional, como a Internet, insta a necessidade de que os serviços prestados pelo governo à sociedade sejam inseridos nessa nova realidade. Os impactos provocados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação devem proporcionar o interesse cada vez maior de uma geração de sociedade cada vez mais conectada e interessada em sentir-se parte das ações governamentais.

Para Carneiro & Silva (2012), as tecnologias da informação e comunicação são essenciais pois possibilitam à sociedade contemporânea da era digital uma interatividade de conexão em rede e amplo acesso à informação.

Anjos & Ezequiel (2011) colocam como fator primordial para êxito dos países a capacidade de acumulação, disseminação e utilização do conhecimento e da informação de forma ampla e democrática. Para os autores, nos tempos atuais, o acesso da sociedade ao Estado está sensivelmente ligado por meio das novas tecnologias utilizadas pela administração pública, contribuindo

diretamente ao exercício da cidadania, tendo em vista a ausência de intermediários aos bancos de dados informatizados. Porém, alertam quanto à competência prévia necessária de quem solicita e obtém a informação para saber de fato o que fazer com ela, remetendo à predominância da hierarquia do conhecimento, ou seja, ainda prevalecerá a importância de saber transformar os dados obtidos em informações relevantes e ações concretas de controle social.

Por outro lado, Bento & Bringel (2014) entende que o próprio acesso à informação já é um importante instrumento de combate à corrupção, tendo em vista que a falta de transparência seria um dos motivos da corrupção. O acesso e a possibilidade de participação da sociedade de forma rápida, prática e com o auxílio das soluções de TIC aos atos do Estado, apesar de um grande desafio à nação, possui relação direta com o fomento do controle social, permitindo o acompanhamento das decisões do governo pela própria coletividade que é afetada com essas decisões. Para o autor, o abuso de poder e políticas públicas em benefício próprio ou de pequenos e privilegiados grupos estariam prejudicados por esse controle social facilmente exercido, propiciando então a implementação de políticas públicas realmente eficientes e necessárias à grande coletividade.

Assim, a utilização crescente das soluções de TIC na fomentação de políticas públicas deve proporcionar um caminho com maior conectividade à sociedade propiciando melhor controle social e qualidade de vida da população em geral, exigindo serviços públicos cada vez mais inclusivos e sustentáveis que possibilitem a implantação de novas estratégias voltadas a beneficiar o todo, em um ciclo que recomeçará em novas políticas públicas a quem o público em geral participará efetivamente, inclusive no controle de suas etapas.

2.3 GOVERNANÇA, GOVERNANÇA ELETRÔNICA, GOVERNO ELETRÔNICO E GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO

Segundo Mello & Slomski (2010), governança é um termo amplo que varia de acordo com o enfoque em que é empregado. No contexto governamental, está relacionada à habilidade e capacidade do governo na gestão responsável, transparente e democrática em gerir recursos na forma de políticas públicas em benefício comum à sociedade. Ainda segundo os autores, o termo boa governança tem incluído à gestão do setor público a responsabilidade organizacional, a transparência no processo de decisões, o acesso à informação, a legitimidade, responsabilidade e competência do Estado na proteção dos direitos humanos e, em geral na resposta eficiente a problemas coletivos.

Nesse enfoque, o termo governança é descrito como um processo pelo qual os órgãos públicos dirigem-se à sociedade. Essas interações estão sendo cada vez mais condicionadas e modificadas pela influência das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Isto converge no fenômeno da governança eletrônica. (Diniz, 2014).

Para Diniz (2014), Governança Eletrônica ou e-governança ou governança digital não se resume à disponibilização de serviços on-line por órgãos públicos e nem de uma administração pública mais eficiente, mas sim de um canal por meio das soluções de TIC para o avanço da administração pública, visando uma maior integração e participação da sociedade no controle das ações governamentais. E essa perspectiva é o principal constructo da presente pesquisa, a contribuição das soluções de TIC nesse controle da sociedade à transparência do Estado.

Nota-se, assim, a importância de outra vertente de Governança, a Governança da Informação que, segundo Datskovsky (2009), Governança da Informação é, essencialmente, o conjunto de políticas e procedimentos que uma empresa utiliza para controlar a informação, seja quanto a seu uso, acesso, análise, retenção e proteção. Para Fernandes & Abreu (2008), as informações da organização devem ter critérios de controle e qualidade, como: eficiência, eficácia, integridade, disponibilidade, conformidade com a regulamentação e confiabilidade. Dessa forma, organizações com um processo de governança de informação instituído agregarão maior valor em seus processos, pois serão mais eficazes na busca, coleta, processamento e aplicação de suas próprias informações, bem como, de informações oriundas de stakeholders os quais lhe possam interessar. (Kooper *et al*, 2011).

E a Governança da Informação se concretiza de forma harmoniosa com o apoio das soluções de TIC que, segundo Souza (2014), na administração pública brasileira, existem duas visões sobre as soluções de TIC, uma “instrumental”, ofertando serviços e informações públicos, prestação de contas e promoção de outros benefícios via Internet à sociedade, caracterizando o governo eletrônico. E uma outra visão que seria a “emancipatória”, com a criação de uma esfera pública na qual a cidadania, democracia e participação da sociedade nas políticas públicas fosse realizada por meio das soluções de TIC. Dessa análise, entende-se por governo eletrônico a oferta de serviços aos cidadãos por meio de TIC, integrando governança, transparência e controle social.

É sob essa ótica que o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do Poder Executivo Federal passa a ser analisado como exemplo de ferramenta de TIC na política pública de acesso à informação.

3 METODOLOGIA

Para responder à problemática da pesquisa, se as soluções de TIC, como o sistema e-SIC, contribuem para a Política Pública em relação ao acesso da sociedade às informações da União, foi realizada, além da pesquisa bibliográfica aos temas relativos, uma análise da base de dados da Controladoria Geral da União (CGU) em relação ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão do Poder Executivo Federal (e-SIC). Além disso, a título de testar e exemplificar a utilização do referido sistema, realizou-se uma consulta às 103 (cento e três) Instituições Públicas

Federais de Ensino Superior do Brasil – IFES (sob a Administração Indireta da União). Dessa coleta, também foi possível analisar alguns importantes aspectos.

Criado em 2012 pela CGU, o e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de informação, acompanhe o prazo, receba resposta de solicitações, entre com recurso e apresente reclamações. O sistema já estava sendo utilizado pelo Governo Federal há três anos, contudo, foi instituído oficialmente como sistema central de informação do Poder Executivo Federal apenas em maio de 2015, por meio da Portaria Interministerial nº 1.254/2015, que institui o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) como sistema centralizado para o tratamento de pedidos de acesso à informação amparados pela Lei de Acesso (Lei 12.527/2011), no âmbito do Poder Executivo Federal. A portaria, assinada em conjunto pela CGU e pelo Ministério do Planejamento (MPOG), determina que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal utilizem o sistema. Além disso, a norma estabelece algumas competências destes órgãos, como a garantia de que todos os pedidos de acesso à informação sejam registrados no e-SIC e de que dados e informações relativos ao cumprimento da legislação de acesso à informação sejam mantidos e atualizados no sistema. (CGU, 2015).

A CGU mantém uma página eletrônica na Internet contendo os dados referentes aos pedidos de informação solicitados pela sociedade em geral desde maio de 2012 (início da vigência da LAI) para os órgãos do Poder Executivo Federal até então cadastrados no sistema. Deles foi possível extrair algumas análises.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do período analisado de maio de 2012 a agosto de 2015, foram realizados 300.429 (trezentos mil e quatrocentos e vinte e nove) pedidos, conforme evolução mensal demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução Mensal do Número de Pedidos de Informação ao e-SIC

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Maio/2012	6658	-
Junho/2012	7264	8.34%
Julho/2012	7723	5.94%
Agosto/2012	7886	2.07%
Setembro/2012	6920	-12.25%
Outubro/2012	7405	6.55%
Novembro/2012	6587	-11.05%
Dezembro/2012	4769	-27.6%
Janeiro/2013	8001	40.39%
Fevereiro/2013	6737	-15.8%
Marco/2013	7284	7.51%
Abril/2013	8056	9.58%
Maio/2013	7604	-5.61%
Junho/2013	6605	-13.14%
Julho/2013	7898	16.37%
Agosto/2013	7448	-5.7%
Setembro/2013	7510	0.83%
Outubro/2013	8008	6.22%
Novembro/2013	6150	-23.2%
Dezembro/2013	5360	-12.85%
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2014	7881	31.99%
Fevereiro/2014	7298	-7.4%
Marco/2014	7714	5.39%
Abril/2014	7697	-0.22%
Maio/2014	7246	-5.86%
Junho/2014	7682	5.68%
Julho/2014	7484	-2.58%
Agosto/2014	9171	18.39%
Setembro/2014	7856	-14.34%
Outubro/2014	7221	-8.08%
Novembro/2014	7048	-2.4%
Dezembro/2014	5869	-16.73%
Janeiro/2015	8374	29.91%
Fevereiro/2015	6976	-16.69%
Marco/2015	9878	29.38%
Abril/2015	9651	-2.3%
Maio/2015	8478	-12.15%
Junho/2015	7907	-6.74%
Julho/2015	8293	4.65%
Agosto/2015	8832	6.1%
TOTAL:	300429	
MÉDIA:	7510,73	

Fonte: CGU (2015).

O perfil dos solicitantes de informações é, na maioria, pessoa física (94,95%), do gênero masculino (54,8%), com nível de escolaridade na sua maioria (60,27%) entre superior (35,87%) e médio (24,4%), residente na Região Sudeste do Brasil (50,48%), com maior concentração no Estado de São Paulo (25,43%).

Os dez assuntos mais solicitados relacionam-se principalmente à Economia e Finanças, acompanhado de Governo e Política, conforme ranking dos dez assuntos mais solicitados (56,81%), demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Ranking dos assuntos mais solicitados

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Economia e Finanças - Finanças	37690	12,55%
Governo e Política - Administração pública	34291	11,41%
Pessoa, família e sociedade - Previdência social	19648	6,54%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	19219	6,40%
Educação - Educação superior	16245	5,41%
Economia e Finanças - Administração financeira	10629	3,54%
Economia e Finanças - Economia	8812	2,93%
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	8430	2,81%
Ciência, Informação e Comunicação - Comunicação	8371	2,79%
Educação - Educação básica	7335	2,44%

Fonte: CGU (2015).

Por meio da apresentação dos dados, é possível verificar um número importante de pedidos de informação, tendo em vista a possibilidade recente de acesso às informações (apenas três anos de legislação obrigatória vigente) quanto à disponibilização de acesso e, principalmente por se tratar de uma mudança de cultura na Administração Pública de anos de cultivo ao sigilo e restrição às informações, bem como à absorção pela sociedade dessa nova possibilidade.

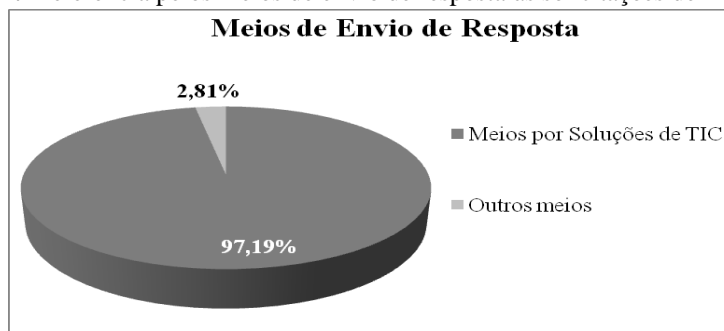
Os números, porém, que mais contribuem para a presente pesquisa são os que demonstram os meios pelos quais os solicitantes das informações manifestam preferir (por meio de campo próprio) e assim recebem, as respostas das solicitações. Conforme Tabela 4, a grande maioria (71,82%) recebem pelo próprio sistema e-SIC, acompanhada de 25,37% que recebem por correspondência eletrônica (e-mail). Ou seja, conforme demonstrado na Figura 1, um percentual relevante de 97,19% dos cidadãos solicitantes se utilizam das soluções de TIC (e-SIC e e-mail) para o recebimento de suas informações solicitadas ao Poder Público. Restando apenas 2,81% desses cidadãos que obtêm suas respostas por meios físicos, seja por busca/consulta pessoalmente (2%) ou por correspondência física com custo (0,81%).

Tabela 4 – Meios pelos quais são fornecidas as informações (escolha do cidadão)

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	215764	71,82%
Correspondência eletrônica (e-mail)	76216	25,37%
Buscar/Consultar pessoalmente	6028	2,00%
Correspondência física (com custo)	2421	0,81%

Fonte: CGU (2015).

Figura 1. Preferência pelos meios de envio de resposta às solicitações de informação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, corroborando com a pesquisa bibliográfica de consulta à teoria analisada, pode-se verificar que há uma forte tendência da sociedade em relação à Política Pública de Acesso à Informação na preferência e utilização de soluções de TIC para realização de suas consultas e obtenção de informações para o controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, objetivando responder à questão de pesquisa se as soluções de TIC, como o sistema e-SIC, contribuem para a Política Pública em relação ao acesso da sociedade às informações da União, encontrou embasamento teórico consistente que afirmava que sim, que as ferramentas de soluções de tecnologias de informação e comunicação contribuem diretamente não apenas ao acesso da sociedade às informações da União, como também agregam à Administração Pública o princípio da transparência e fortalecem o controle social, que é o monitoramento das ações governamentais (Políticas Públicas) pelos cidadãos.

Em consulta e análise aos dados de pedidos de informação do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC do Governo Federal, disponibilizados em página eletrônica da Controladoria Geral da União – CGU, comprovaram-se as afirmações das teorias. Foi possível constatar que a grande maioria (97,19%) dos cidadãos usuários do serviço de acesso à informação ao cidadão que fizeram uso desse direito utilizaram-se das soluções de TIC para obter suas respostas e informações, no período analisado de maio/2012 a agosto/2015.

Apesar das limitações de pesquisa, situadas principalmente nos dados disponibilizados pela União, por meio da CGU, os quais já possuem análises previamente estratificadas, o que não permitiu aos pesquisadores observações diretas aos dados puros na origem. E o fato, no período analisado, de não ser ainda obrigatória a utilização de registro no sistema e-SIC de todo o Poder Executivo Federal, cuja obrigatoriedade passou a vigorar durante o período em análise, em maio/2015, tornando o resultado válido no âmbito apenas dos órgãos usuários do sistema no período, os quais também não puderam ser extraídos com precisão. E ainda, por se tratar de elemento de transformação cultural,

Brazilian Journals of Business

considera-se curto o prazo de três anos para avaliação de uma postura da sociedade. Revelou-se, entretanto, um estudo relevante para a Administração Pública, tendo em vista a constatação de maior transparência em seus atos, para a sociedade em geral, com o fomento do controle social e, para a academia, que passou a contar com olhar multidisciplinar, integrando Políticas Públicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, Controle Social e Governança.

Dessa forma, conclui-se portanto que apesar dos resultados alcançados e da constatação da efetiva contribuição das soluções de TIC, como o sistema e-SIC, para a Política Pública em relação ao acesso da sociedade às informações da União, ainda existe uma certa escassez de estudos a respeito, por esse motivo, recomenda-se ampliar o presente estudo para outras esferas do Poder Público. Outra sugestão é replicar os estudos realizados após um período maior de adaptação da obrigatoriedade da disponibilização do acesso à informação por meio do sistema e-SIC pelo Poder Executivo Federal. Ou mesmo, após um período maior de tempo de vigência da Lei de Acesso à Informação, por se tratar de mudança de cultura da sociedade em relação à disponibilização do acesso. Enfim, a presente pesquisa pode ser ponto de partida para outros estudos também relevantes na área, trazendo inúmeros benefícios.

REFERÊNCIAS

Anjos, G. M. A. A. dos, & Ezequiel, V. C. (2011). Cidadania virtual: o espetáculo do governo eletrônico. *Revista Estudos de Sociologia*, 16(30), 59-76. Recuperado em 15 setembro, 2015, de http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cidadania_virtual.pdf

Barros, A. J. S. (2014). *A participação social, por meio da lei de acesso à informação, como elemento de aperfeiçoamento da gestão pública*. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 15 setembro, 2015, de http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1897/Antonio_Barros_TCC_EGP9.pdf?sequence=1

Beninger, J. R. (1986). *The control revolution. Technological and economic origins of information society*. Cambridge. Recuperado em 07 outubro, 2015, de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=eUEKB-CMkIkC&oi=fnd&pg=PA1&dq=The+Control+Revolution+Technological+and+Economic+Origin+of+the+Information+Society+James+Beninger&ots=W4vmAh6Z-F&sig=_7CEjZMq-LBMs5zTHXc0JGkZ694#v=onepage&q=The%20Control%20Revolution%20Technological%20and%20Economic%20Origins%20of%20the%20Information%20Society%20James%20Beninger&f=false

Bento, L. V., & Bringel, P. O. M. (2014). Limites à Transparência Pública das Empresas Estatais: Análise Crítica da Aplicação da Lei de Acesso a Informação (Lei Nº 12.527/2011) a Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. *Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito*, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c139ffc26fbaf2d1>

Boneti, L. W. (2006). *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí.

Carneiro, G. B., & Silva, J. L. C. (2012). Políticas públicas de inclusão digital no contexto da educação escolar como fator de acesso a informação. *Encontro regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação*, Universidade Federal do Ceará, Cariri, CE, Brasil. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2176/1350>

CGU – Controladoria Geral da União (2015). Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/05/governo-federal-define-e-sic-como-sistema-central-de-pedidos-de-informacoes-do-executivo-federal>

CGU – Controladoria Geral da União (2015). Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.acesoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

Datskovsky, G. (2009). Information Governance. In J. Lamm (Org.). *Under Control: Governance across the enterprise*. (Vol. 1, Chap. 11, pp. 235). New York: Apress.

Diniz, E. R. S. (2014). *Governança eletrônica no Brasil e o papel das tecnologias da informação e comunicação*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, SC, Brasil. Recuperado em 15 setembro, 2015, de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130046/TCC_Elias_Diniz.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Fernandes, A. A., & Abreu, V. F. de. (2008). *Implantando a Governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Brasport.

IBGC, (2009). Código das melhores práticas de governança corporativa. *Instituto Brasileiro de Governança Corporativa*, 4.ed. pp.73. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18180>

Kooper, M. N., Maes, R., & Lindgreen, E. R. (2011). On the governance of information: Introducing a new concept of governance to support the management of information. *International Journal of Information Management*, 31(3), 195-200. Recuperado em 05 outubro, 2015, de <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2297895&CFID=719202743&CFTOKEN=60261231>

Lima, L. L., & D'Ascenzi, L. (2013). Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 101-110. Recuperado em 05 outubro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400006&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-44782013000400006

Mello, G. R. de, & Slomski, V. (2010). Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. *JISTEM: Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2), 375- 408. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.redalyc.org/pdf/2032/203219572007>

Peters, B. G. (2013). *American Public Policy: Promise and Performance*. United States of America: CQ Press. (9th ed.).

Brazilian Journals of Business

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45. Recuperado em 15 setembro, 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1517-45222006000200003.

Santos, P., & Brito, I. (2017). Governação das TIC na Administração Pública Local—Propostas para a Segurança da Informação. *Atas da Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação* (v. 17, n. 17, pp. 374-376).

Souza, F. J. V. de. (2014). *Práticas de governança eletrônica: um estudo nos portais dos municípios mais populosos do Brasil*. Dissertação de Mestrado Multiinstitucional, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, RN, Brasil. Recuperado em 15 setembro, 2015, de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15596/1/2014_FabiaJaianyVianadeSouza.pdf